

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO FREITAS

PLANO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



ETAPA I - RELATÓRIO METODOLÓGICO

Outubro / 2008

Plano Elaborado Pela **PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS** com o apoio de:



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL
DE
HABITAÇÃO



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RELATÓRIO DA ETAPA I - PROPOSTA METODOLÓGICA

EQUIPE TÉCNICA – IPGA

COORDENADOR:

Elíria Sant’Ana

COORDENADOR ADJUNTO:

Anilton Silva

ARQUITETO/ URBANISTA:

Anilton Silva

ECONOMISTA:

Thiago Xavier

SOCIÓLOGA:

Iracema Brandão

EQUIPE TÉCNICA – Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

Agnaldo Evangelista de Souza

Ana Marta Sousa Ferreira da Silva

Germano Andrade Ladeira

Janaína Conceição Santos Borges

Ludmila dos Prazeres Costa

SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	5
1. ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS PARA A ELABORAÇÃO DO PMHIS	12
2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO MUNICIPAL	14
3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONSULTORES EM CADA ETAPA DA ELABORAÇÃO DO PMHIS	15
4. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS ETAPAS E PRODUTOS DO PMHIS, INCLUSIVE AS FONTES A SEREM CONSULTADAS	18
5. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES	22
6. FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E AO TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	28
7. CRONOGRAMA DOS EVENTOS DE DISCUSSÃO COM A SOCIEDADE, COM MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	28
8. PRAZOS E CUSTOS ESTIMADOS PARA AS TRÊS ETAPAS E PRODUTOS DO PMHIS	29
9. FORMA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES	30
10. ANEXOS	33
1. CURRÍCULOS DA EQUIPE TÉCNICA	
2. MATERIAL DE LEITURA APRESENTADO	
3. MAPA DO MUNICÍPIO DIVIDIDO EM ÁREAS PARA O DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO	
4. ATAS DE REUNIÕES	
5. BOOK FOTOGRÁFICO	
6. LISTAS DE PRESENÇAS DAS REUNIÕES	

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório refere-se à Etapa I – Relatório Metodológico do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), conforme previsto no Plano de Trabalho que norteia o processo de elaboração do referido Plano.

Para a formulação desta Proposta Metodológica, foram utilizados os seguintes documentos básicos como referenciais: O Manual do Ministério das Cidades – FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) – Programa: Habitação de Interesse Social e Ação - Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social; o Plano de Trabalho formulado previamente e Orientações Operacionais para elaboração de Termo de Referência do Ministério das Cidades.

Considerando a importância de um Plano dessa natureza vale ressaltar um pouco da história da Política Habitacional Brasileira: Após a extinção do BNH, o país ficou órfão quanto à existência de uma instituição de gestão da Política Habitacional, embora a Caixa Econômica tenha sempre contribuído como Agente Financeiro para a produção de habitação. Entretanto, mais recentemente, vem-se presenciando uma desarticulação institucional, o que tem prejudicado uma atuação eficiente do poder público na área habitacional.

A inexistência da referida instituição e da própria Política Habitacional criou uma situação, na qual a produção de habitação tem ocorrido através do setor empresarial imobiliário, notadamente para as categorias de média e alta renda ou mediante a autoconstrução (na maioria dos casos de maneira informal). A Fundação João Pinheiro estima que mais de 70% da produção habitacional brasileira se dá pela via da autoconstrução.

Os segmentos de baixa renda, com dificuldades de acessos aos financiamentos promovidos pelos agentes financeiros, e com um apoio deficitário das políticas públicas, ampliaram o quadro de assentamentos precários das cidades e povoados do país, a partir de ocupações irregulares, loteamentos clandestinos e habitações rústicas, dentre outras modalidades. Enquanto isso, o segmento intermediário entre a baixa e média renda oscilou entre a autoconstrução e o aluguel.

O fato concreto é que esta situação criada transformou o déficit habitacional em um caráter e dimensão muito mais relacionado à inadequação da habitação ou déficit qualitativo, face à disseminação da autoconstrução com ocupações irregulares, do que o déficit básico absoluto (necessidade de construção de novas moradias e reposição de outras) ou déficit quantitativo.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, com base nos dados do Censo/2000, o déficit habitacional básico do país gira em torno de 5,9 milhões de unidades, entretanto os indicadores de inadequação dos domicílios são bem mais expressivos: 2,2 milhões de domicílio, aproximadamente, são de inadequação fundiária; 2,8 milhões de adensamento excessivo; 3,2 milhões de domicílios sem banheiro, 2,3 milhões com carência de água e esgoto; 12,1 milhões de domicílios com carência de infra-estrutura.

Em contraposição ao déficit de 5,9 milhões de habitações existem no país, aproximadamente, 6,0 milhões de domicílios vagos. Embora os indicadores do déficit de inadequação da moradia demonstrem superposição, prejudicando uma

estimativa do número exato deste déficit, de qualquer forma, manifestam a grande questão que é o fato da maioria das pessoas, sobretudo de baixa renda, morar mal.

Assim, o déficit habitacional é muito mais de natureza qualitativa da habitação e das condições necessárias de uma moradia digna e coerente com a concepção de que habitar é estar em paz, em um abrigo seguro e confortável, do que da falta de moradias.

O déficit habitacional básico que tem como componentes os domicílios improvisados, famílias coniventes (co-habitação) e morando em cômodos e domicílios rústicos, é equivalente ao número de domicílios vagos, logo, havendo uma política de utilização desses imóveis, o déficit básico poderia ser significativamente reduzido, embora muitos deles não se ajustem à área de interesse social.

Inegavelmente, a ausência de uma política habitacional (desde a extinção do BNH), repercutiu de forma dramática e decisiva para a desordem urbana brasileira, e sem política habitacional, os planos diretores são insuficientes para corrigir tal desordem.

Na atualidade, o país avançou consideravelmente nesse sentido, na medida em que foram criados a Política Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e o PLHIS que apoiarão as políticas municipais e estaduais voltadas para a Habitação de Interesse Social. Ao mesmo tempo, o Ministério das Cidades vem lançando uma série de Programas focando vários aspectos da Habitação de Interesse Social.

Assim, o esforço das prefeituras que aderirem a esse desafio, lançado pelo Ministério das Cidades com o apoio da Caixa Econômica, não será em vão, porquanto se houver dificuldades de recursos próprios (embora seja obrigatório a criação do Fundo Municipal de Habitação) face a fragilidade das finanças da maioria dos municípios brasileiros, notadamente os das regiões mais pobres, eles contarão com recursos do FNHIS (e outros) destinados aos Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, beneficiando a população mais penalizada na sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Descrição do Objeto:

O processo de coordenação e organização dos trabalhos para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Lauro de Freitas adotará uma metodologia de caráter estratégico, de modo a sensibilizar, envolver e articular o Depto. de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo - SEPLANTUR, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e o Setor de Habitação da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Cidadania – SETRASC, juntamente à equipe de consultores contratada do IPGA.

O desenvolvimento das atividades, compreendendo produção técnica, incluindo metodologia participativa, dinâmicas de trabalho em grupo e formulação de cenários atuais e prospectivos da questão habitacional, nas três etapas previstas no Manual da Ação de Apoio à Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, caberá à equipe de consultoria, contratada mediante processo licitatório, na modalidade convite. Pretende-se, enquanto consultoria, a contratação de equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de arquitetura, sociologia,

assistência social, urbanismo, economia, mobilização social e teatro. Os profissionais acima indicados participarão das **três etapas** apresentadas, de acordo com a demanda de suas atribuições profissionais.

A **Etapa I** tem como objetivo a elaboração da Proposta Metodológica que irá estabelecer as linhas de ação para a coleta, sistematização de dados e informações, bem como buscar o apoio e envolvimento de lideranças políticas e comunitárias para a formulação do PMHIS, destacando-se a estratégia de comunicação, mobilização e participação da população, bem como o cronograma de audiências públicas e o mapeamento das atividades nas etapas subsequentes.

A proposta metodológica da Etapa I terá como escopo básico os itens estabelecidos no sumário deste documento. O **produto final** estará constituído dos conteúdos programáticos que compõem a metodologia, devidamente descritos, e o relatório contendo a memória das ações realizadas e materiais comprobatórios da participação popular, durante o processo de elaboração do PMHIS, que vão integrar as etapas II e III do Plano.

PERFIL MUNICIPAL

➤ Caracterização do Município

Área: 60,0 km²

Densidade Demográfica: 1.887,6 hab/km²

Altitude da Sede: 30 m

Ano de Criação do Município: 1962

Distância da Capital: 21,7 km

Microrregião: Salvador

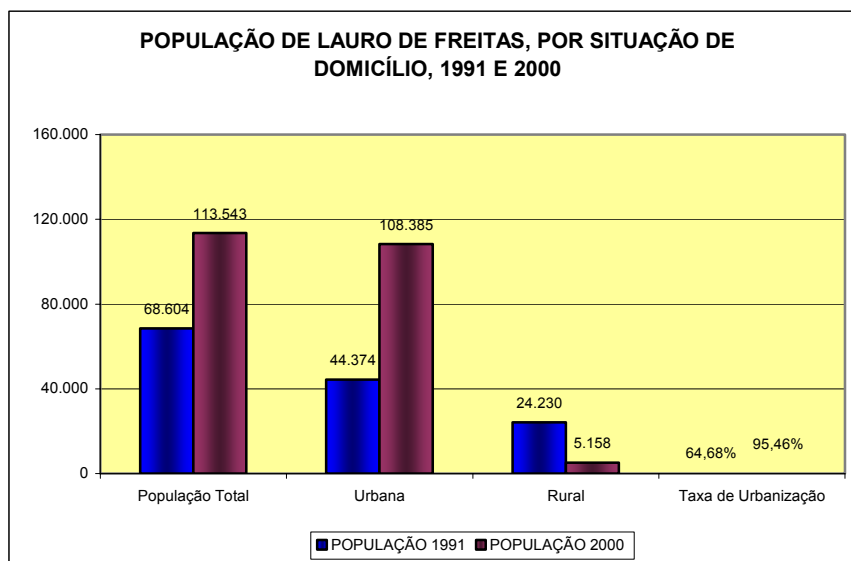
Mesorregião: Metropolitana de Salvador

Território de Identidade: Metropolitano de Salvador

➤ Demografia

POPULAÇÃO DE LAURO DE FREITAS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1991 E 2000		
	POPULAÇÃO	
	1991	2000
População Total	68.604	113.543
Urbana	44.374	108.385
Rural	24.230	5.158
Taxa de Urbanização	64,68%	95,46%

Fonte: IBGE

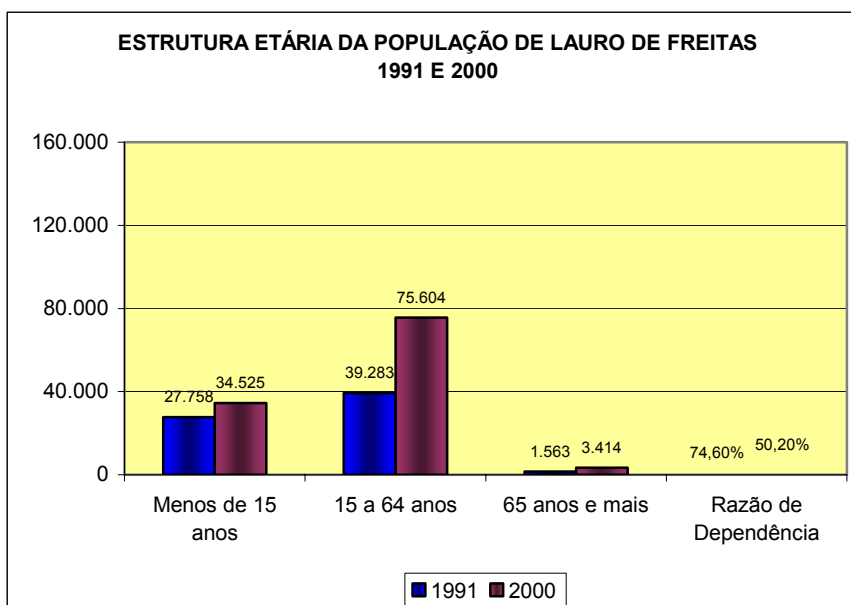


No período 1991-2000, a população de Lauro de Lauro de Freitas apresentou uma taxa média de crescimento anual de 6,0%, passando de 68.604 em 1991 para 113.543 habitantes em 2000. A taxa de urbanização cresceu 47,6, passando de 64,7% em 1991 para 95,5% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,87% da população do Estado, e 0,07% da população do País.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE LAURO DE FREITAS 1991 E 2000		
Faixa Etária	1991	2000
Menos de 15 anos	27.758	34.525
15 a 64 anos	39.283	75.604
65 anos e mais	1.563	3.414
Razão de Dependência	74,6%	50,2%

Fonte: IBGE



INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE, 1991 e 2000		
INDICADORES	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	61,3	36,9
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,5	66,6
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,3	2,7

Fonte: IBGE

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 39,8%, passando de 61,34 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 36,9 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 5,1 anos, passando de 61,5 anos em 1991 para 66,2 anos em 2000.

➤ Educação

NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM, 1991 e 2000								
Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4%		% com menos de 8% freqüentando		Freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	30,9	13,0	-	-	-	-	80,2	95,9
10 a 14	19,6	5,1	71,4	52,4	-	-	83,1	95,4
15 a 17	14,1	2,9	37,8	17,6	86,1	69,1	64,2	83,3
18 a 24	12,5	4,5	28,2	17,3	69,8	49,3	-	-

- = Não se aplica

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE LAURO DE FREITAS 1991 E 2000		
INDICADORES	1991	2000
Taxa de analfabetismo	21,4	10,5
% com menos de 4 anos de estudo	40,9	25,7
% com menos de 8 anos de estudo	69,6	53,3
Média de anos de estudo	5,1	7,0

Fonte: IBGE

➤ Renda

INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE, 1991 E 2000		
INDICADORES	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	222,2	322,4
Proporção de Pobres (%)	46,9	36,2
Índice de Gini	0,68	0,69

Fonte: IBGE

A renda per capita média do município cresceu 45,1%, passando de R\$ 222,21 em 1991 para R\$ 322,43 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 22,7%, passando de 46,9% em 1991 para 36,2% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,68 em 1991 para 0,69 em 2000.

PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO, 1991 e 2000		
EXTRATOS DE RENDA	1991	2000
20% mais pobres	1,9	1,3
40% mais pobres	6,6	5,4
60% mais pobres	13,9	12,7
80% mais pobres	26,8	26,4
20% mais ricos	73,2	73,6

Fonte: IBGE

➤ Habitação

ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS BÁSICOS, 1991 E 2000		
SERVIÇOS BÁSICOS	1991	2000
Água Encanada	62,0	84,9
Energia Elétrica	97,4	99,5
Coleta de Lixo ¹	59,0	91,7

Fonte: IBGE

¹ Somente domicílios urbanos

ACESSO DA POPULAÇÃO AOS BENS DE CONSUMO, 1991 E 2000		
BENS DE CONSUMO	1991	2000
Geladeira	73,8	88,1
Televisão	74,2	93,0
Telefone	14,7	47,5
Computador	ND	13,6

Fonte: IBGE

ND = não disponível

➤ Vulnerabilidade

INDICADORES DE VULNERABILIDADE FAMILIAR, 1991 E 2000		
INDICADORES	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,6
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	14,1	8,8
% de crianças de famílias com renda inferior a 1/2 S.M	55,9	49,9
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	10,3	7,2

Fonte: IBGE

ND = não disponível

➤ **Desenvolvimento Humano**

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL		
ÍNDICES	1991	2000
IDH – M	0,677	0,771
Educação	0,747	0,881
Longevidade	0,608	0,694
Renda	0,675	0,737

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Lauro de Freitas cresceu 13,9%, passando de 0,677 em 1991 para 0,771 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 47,5%, seguida pela Longevidade, com 30,5% e, finalmente pela Renda, com 22,0%.

Neste período da análise, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 29,1%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 11,7 anos para alcançar, por exemplo, São Caetano do Sul (SP), classificado como o município que obteve o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 2,9 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado da Bahia (0,805).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Lauro de Freitas é 0,771. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Lauro de Freitas apresenta uma situação boa: ocupa a 1.285ª posição no *ranking* nacional, sendo que 1.284 municípios (23,3%) estão em situação melhor do que Lauro de Freitas e 4.222 municípios (76,7%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Lauro de Freitas apresenta uma situação também considerada boa: ocupa a 2ª posição, sendo que 3 municípios (0,2%) estão em situação melhor e 413 municípios (99,8%) estão em situação pior ou igual.

1. ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PMHIS) DE LAURO DE FREITAS

A equipe técnica básica de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social será constituída por um coordenador técnico geral - arquiteto/urbanista sênior e uma coordenadora adjunta – geógrafa/urbanista; um urbanista JR; um economista; uma Socióloga além de pessoal técnico de apoio, conforme previsto no Plano de Trabalho. A inserção da coordenação adjunta, visa complementar as atividades relativas às articulações com a equipe técnica da Prefeitura Municipal para formulação dos relatórios, bem como para realização de reuniões de mobilização e sensibilização da sociedade civil, objeto do Plano Habitacional em processo de construção, e na preparação das Audiências Públicas.

À prefeitura cabe indicar a sua equipe de acompanhamento, que deverá ser formada por técnicos e/ou secretários ligados à sua estrutura administrativa, e que irá compor a Comissão de Acompanhamento de todo o processo de elaboração do PMHIS, na qual deverá, também, integrar-se algumas lideranças da sociedade local e representantes do Conselho de Desenvolvimento da Cidade e de outros Grupos Organizados.

A equipe técnica indicada pela Prefeitura receberá treinamento dado pela equipe técnica de consultores, objetivando torná-los aptos para a implementação do PMHIS, devendo esse treinamento se dar logo a seguir às exposições e avaliações dos Relatórios Técnicos (Etapas I, II e III) pelos consultores.

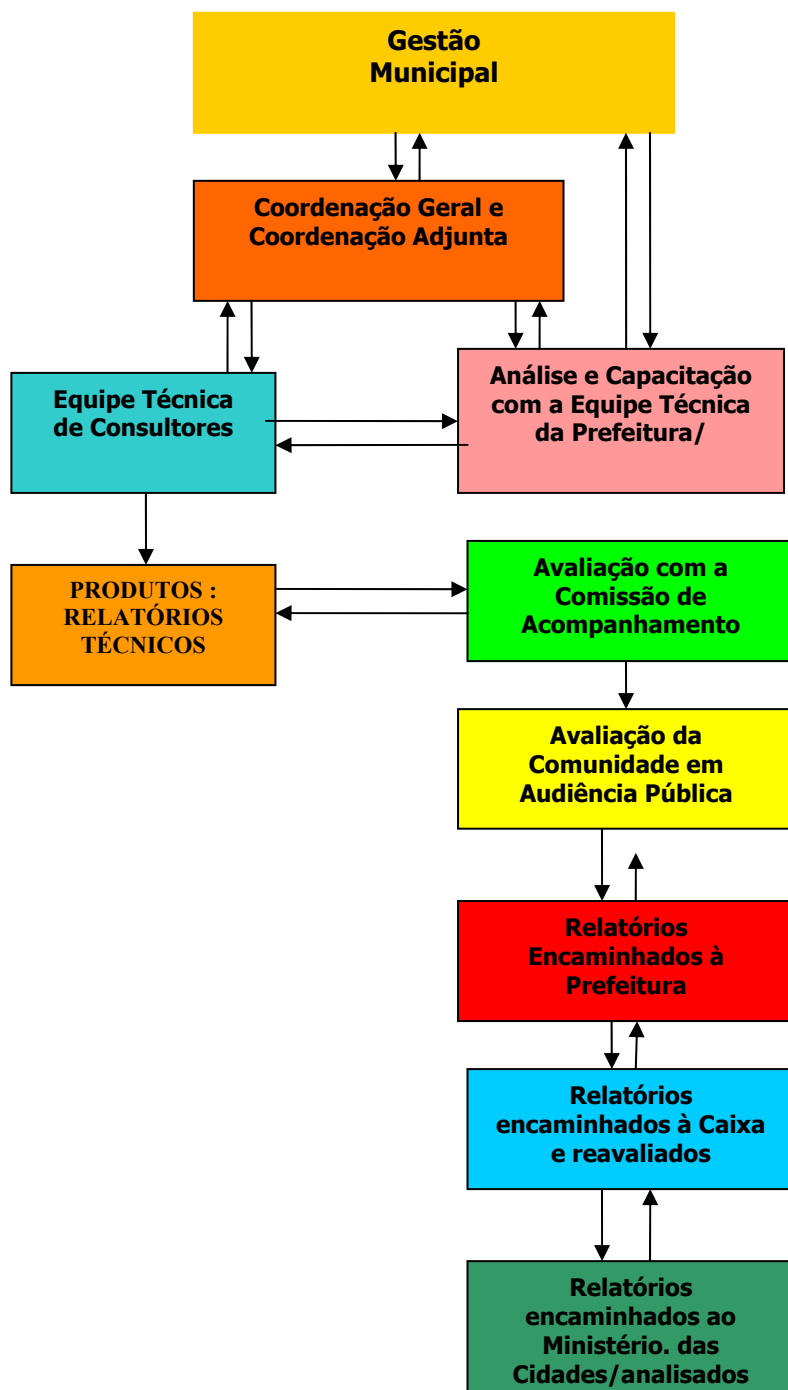
Após a apresentação para a Comissão de Acompanhamento, os relatórios serão submetidos à avaliação da sociedade local através Audiências Públicas, podendo ser revistos, considerando as sugestões emanadas das citadas Audiências.

Sempre que necessário, os consultores realizarão reuniões temáticas, com as lideranças comunitárias, e demais interessados. Assim, a estrutura organizacional para a elaboração do PMHIS compreende uma coordenação técnica geral que coordenará todas as atividades desenvolvidas para a construção do PMHIS, apoiada pelos demais membros técnicos que compõem a equipe de consultores; uma Comissão de Acompanhamento fará a Avaliação Final de cada relatório para, em seguida, ser apresentado à comunidade em Audiência Pública. Além disso, ocorrerão reuniões comunitárias temáticas visando atingir o consenso em relação aos conteúdos técnicos e a leitura da realidade observada na visão comunitária.

Após todo esse processo, o relatório preliminar de cada etapa será encaminhado à Prefeitura (3 cópias – uma para a Prefeitura, outra para ser encaminhada à Caixa Econômica e uma terceira deverá ficar à disposição da comunidade em local público – biblioteca ou outro local público disponível e de fácil acesso, de acordo com sugestões da própria comunidade). Os relatórios também serão disponibilizados em meio magnético (CDS).

De acordo com o exposto a Estrutura Organizacional será constituída pelo seguinte organograma:

Estrutura Organizacional de Elaboração e avaliação dos Relatórios Técnicos – Produtos do PMHIS



2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

Consiste basicamente em acompanhar e apoiar todo processo de elaboração do PMHIS e avaliar cada relatório técnico conjuntamente com a equipe de consultores.

Dessa forma, estará simultaneamente, capacitando-se para implementar o Plano e contribuir no sentido de adequar o PMHIS à realidade local, de forma que o mesmo não se reduza ao pensamento técnico.

Disponibilizar para a equipe técnica de consultores, dados secundários da realidade habitacional, inclusive de infra-estrutura e equipamentos, contidos em arquivos da prefeitura e outras instituições de atuação local, além das informações necessárias para a avaliação da situação financeira municipal, é de fundamental importância.

A equipe de Acompanhamento da Prefeitura, integrada à Comissão/Grupo de Acompanhamento de referência local, contribuirá na difusão do Plano junto às lideranças da sociedade civil e no processo de mobilização comunitária, anterior à cada Audiência Pública, de maneira que a participação da população nas Audiências seja expressiva quanto às possíveis contribuições para o produto final.

É preciso ficar claro que a responsabilidade pela qualidade do Plano, no sentido de refletir sobre as necessidades de moradia digna para todos, tão almejada pela comunidade local, envolve o seguinte conjunto de participantes: equipe técnica de consultores; equipe de Acompanhamento da Prefeitura; Comissão de Acompanhamento/Grupo de Referência Local; lideranças políticas e comunitárias; representantes das diversas instituições atuantes no município e outros agentes partícipes da vida municipal. Logo, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social será uma construção coletiva comparável a um mutirão.

Assim, todos os cidadãos do município serão convocados a manifestar suas idéias e/ ou reivindicações no campo da moradia digna. Entretanto, é notório que esse tipo de manifestação tende a focar o imediatismo, conforme o sentimento de pertencimento – a minha cidade, o meu bairro a minha rua, etc. Evidentemente que tais colocações não serão ignoradas, porém é preciso reconhecer a natureza de tais problemas para atacá-los estruturalmente, do contrário corre-se o risco de sair sempre atrás do bonde andando.

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONSULTORES EM CADA ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PMHIS

EQUIPE TÉCNICA	ETAPA-I	ETAPA-II	ETAPA-III	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONSULTORES (SÍNTESE)
Coordenador Técnico Geral e Coordenador Adjunto	Elaboração da Proposta Metodológica com o apoio dos demais integrantes da equipe; Coordenar as Audiências Públicas (em todas as etapas); apoiar as reuniões e os trabalhos de mobilização e sensibilização da sociedade e expor os Relatórios gerados nessa Etapa.	Coordenar todo trabalho de levantamento de campo e definir os elementos a serem levantados; elaborar e expor com os demais integrantes da equipe o relatório dessa Etapa.	Definir a estratégia básica do PMHIS, suas diretrizes e ações prioritárias, a partir do diagnóstico habitacional; elaborar e expor o relatório e outras informações consolidadas nessa Etapa.	Coordenação Técnica; definição das diretrizes, projetos estratégicos e ações prioritárias do PMHIS/coordenação das Audiências Públicas; consolidação dos relatórios; definição de estratégias para operacionalização e controle de qualidade dos produtos; mobilização e coordenação dos eventos de consulta e proposição.
Urbanista Jr	Apoiar a coordenação na elaboração do relatório e nas avaliações locais	Apoiar a equipe de levantamento de campo; elaborar os mapas temáticos e formular a análise do levantamento de campo.	Apoiar a coordenação na elaboração do relatório específico dessa Etapa.	Levantamentos e análises para o diagnóstico habitacional; produção de plantas e mapas.
Sociólogo	Elaborar e coordenar o Plano de Mobilização e Sensibilização da população municipal.	Coordenar as atividades de mobilização e formular o relatório da participação comunitária.	Coordenar as atividades de mobilização e elaborar o relatório da participação comunitária.	Elaboração e coordenação do Plano de Mobilização e Sensibilização; avaliação da participação da comunidade no levantamento <i>in loco</i> ; e sistematização e análise dos resultados.
Economista	Apoiar a coordenação na análise econômica e elaboração do relatório dessa Etapa	Desenvolver análise da região onde o município está inserido; realizar o diagnóstico econômico e financeiro do município; detalhar e indicar as principais fontes de recursos para habitação.	Apoiar a coordenação na elaboração desse Relatório.	Diagnóstico econômico municipal, análise da situação financeira da Prefeitura; levantamento das fontes de recursos para os programas, ações e projetos habitacionais propostos.
Apoio Técnico de estagiários e outros profissionais	Digitação e formatação do relatórios.	Fazer o levantamento de campo e apoio aos técnicos.	Dar apoio na elaboração dos trabalhos e nesse relatório.	Apoiar a coordenação e aos técnicos em geral na elaboração dos trabalhos e Relatórios.

Além de conduzir organizadamente, o conjunto de atividades que envolvem a elaboração do PMHIS, a equipe de consultores deverá desenvolver um trabalho de articulação com os diversos setores da sociedade local – classe política, lideranças comunitárias e demais atores, no sentido de estabelecer uma concepção de planejamento consensual para o PMHIS – Técnico/comunitário, conforme exposto em caráter preliminar, a seguir:

Concepção Preliminar do Planejamento do PMHIS:

O PMHIS é uma forma específica de planejamento, focalizado na habitação de interesse social. Nesse sentido, deve-se esclarecer, que o planejamento representa uma forma da sociedade exercer o poder sobre o seu futuro, rejeitando a resignação e partindo para iniciativas que defina o seu destino. Deste ponto de vista, é uma “aposta no futuro”, principal matéria-prima do planejamento, que orienta e molda a vontade dos atores e às decisões coletivas.

Parte do princípio de que o futuro pode ser construído pela sociedade, mas entende que esta construção do futuro tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível.

Como um instrumento para “fazer o seu destino”, o planejamento é o espaço de construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura.

De um modo geral, o planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade, que levam ao futuro desejado. Portanto, tem uma forte conotação política. E no que se refere ao desenvolvimento local e municipal, o planejamento é um instrumento para a construção de uma proposta convergente dos atores e agentes que organizam as ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Como o planejamento envolve decisões e escolhas de alternativas em torno de objetivos coletivos, o cálculo que precede e preside a ação passa por uma negociação e formulação política. Toda escolha coletiva envolve interesses e percepções, especialmente sobre o que se pretende alcançar no futuro, que são diferenciados em qualquer grupo social.

No entanto, o planejamento é também um processo ordenado e sistemático de decisão, o que lhe confere uma conotação técnica e racional de formulação e suporte para as escolhas da sociedade. Desta forma, o planejamento incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica, que constituem uma síntese, técnico-política. “Técnico, porque ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo, e um esforço de produção e organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção. Político, porque toda decisão e definição de objetivos passam por interesses e negociações entre atores sociais”.

Como os objetivos e interesses sociais são muito diferenciados, e muitas vezes conflitantes na sociedade, as decisões tomadas no processo de planejamento resultam de uma disputa política dos atores, cada um procurando influenciar no projeto coletivo com suas próprias expectativas em relação ao futuro e com os meios e instrumento de poder. Toda escolha coletiva que envolve vários atores com diferentes interesses, mas, também, com distinta posição de poder, sempre

deverá expressar uma relação e uma estrutura de poder; cada grupo social procurando dominar os espaços e meios de decisão e intervenção na realidade.

Refletindo e reproduzindo uma determinada estrutura de poder na organização da sociedade, as decisões geradas no planejamento expressam uma vontade dominante ou uma hegemonia, entendida não como a simples imposição dos interesses de algum ator sobre os outros, mas como a expressão e síntese do jogo de cooperação e conflito dos atores, com seus poderes e interesses diversificados.

Por outro lado, como parte do processo político, o planejamento constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confrontando e articulando seus interesses e suas alternativas para a sociedade. Como a hegemonia não é um dado estático, mas um fato social dinâmico e construído, o planejamento abre a oportunidade para uma reconstrução e reordenação do jogo de poder, permitindo uma redefinição dos objetivos dominantes na sociedade. Em última instância, o processo de planejamento cria as condições para a (re) construção da hegemonia, na medida em que articula, técnica e politicamente, os atores sociais para escolhas e opções sociais.

Esta concepção do planejamento como técnico e político, ao mesmo tempo, deve levar a uma reformulação profunda da posição dos técnicos na definição das prioridades do desenvolvimento e à necessidade de uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada das decisões, orientadas pela reflexão técnica. Apenas assim, o planejamento pode construir um projeto coletivo reconhecido pela sociedade e em torno do qual os atores sociais e os agentes públicos estejam efetivamente comprometidos.

➤ **Visão Estratégica**

Para desatar um processo de transformações que leve ao desenvolvimento sustentável da comunidade ou município, é necessário um claro esforço de seletividade para concentrar as ações nos fatores centrais e determinantes do futuro. Desta forma, o planejamento deve assumir uma visão estratégica: não se deixar dominar pelas emergências e urgências de curto prazo e estruturar as prioridades numa perspectiva de construção de um novo estilo de desenvolvimento no médio e longo prazo. Não pode ignorar as necessidades e carências da sociedade, mas deve estabelecer a relação destas com os fatores estruturais do desenvolvimento, evitando o imediatismo e a corrida sem fim atrás dos problemas.

Para tanto, é necessário identificar, ao analisar a realidade, os fatores e os componentes mais relevantes e determinantes dos problemas e das potencialidades, que condicionam o futuro. Muitas vezes os problemas mais urgentes e indesejáveis não são os mais importantes e relevantes, em termos de determinação do desempenho geral da realidade.

Desta forma, é fundamental classificar e ordenar os dados da realidade, distinguindo o urgente – indesejável, e necessidade imediata – do importante – relevante e determinante do desenvolvimento local ou municipal: as ações estratégicas concentram-se no que é relevante e determinante, preparando as transformações estruturais futuras; iniciativas de curto prazo e de rotina voltam-se para as urgências, procurando moderar e amenizar os problemas, enquanto amadurecem as transformações estruturais resultantes das ações sobre o mais importante.

4. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS ETAPAS E PRODUTOS DO PMHIS, INCLUSIVE AS FONTES A SEREM CONSULTADAS

O PMHIS em sua estrutura, global compreende este 1º Relatório referente à Etapa I – Proposta Metodológica, na qual os procedimentos estão configurados no corpo do presente Relatório e nas Etapas II e III descritas a seguir:

A ETAPA II OU PRUDUTO 2

Para a Etapa II, toma-se como base a atualização do diagnóstico desenvolvido pelo Programa HBB-DI, denominado Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS. O Diagnóstico do Setor Habitacional será viabilizado através da sistematização das informações disponíveis e da avaliação crítica das estruturas organizacionais e de ação dos agentes que atuam na área habitacional.

A equipe de consultoria contratada realizará reuniões públicas nos bairros, com o propósito de envolver e informar a população acerca da realidade habitacional do município. E no intuito do chamamento da população, prevê-se a realização de atividades teatrais e em grupo com os habitantes nos bairros, durante a realização desta Etapa de trabalho. Nesta fase, além da atualização do Diagnóstico Habitacional, também será produzido relatório que comprove o envolvimento e participação da população, denominado “diagnóstico *in loco*”. O “Diagnóstico *in loco*” conterá as demandas habitacionais locais identificadas e priorizadas pelos participantes das Audiências Públicas.

Do ponto de vista técnico, os documentos que serão produzidos deverão conter a avaliação do quadro atual da questão habitacional, quadro prospectivo, hierarquização dos problemas relevantes e levantamento dos recursos financeiros para a área.

Na Etapa II serão levantadas as seguintes informações técnicas:

- Inserção regional e características do município: área, população urbana e rural, inserção micro e macro regional, relação com os municípios ou estados vizinhos - especialmente no que tange à questão fundiária, principais atividades econômicas e outras informações julgadas importantes;
- atores sociais e suas capacidades: levantamento de informações sobre as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional e sua capacidade de atuação;
- necessidades habitacionais: caracterização do contingente populacional que demanda investimentos habitacionais, considerando composição familiar, gênero, idade, nível de instrução, renda, composição do domicílio, déficit habitacional quantitativo e qualitativo, caracterização de assentamentos precários (favelas e afins), incluindo famílias conviventes e agregados, renda familiar e renda domiciliar, ocupação principal e secundária dos membros maiores de idade, grau de segurança das relações de trabalho e outras;
- oferta habitacional: caracterização da oferta de moradias e solo urbanizado, as condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento habitacional; identificação da oferta e disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente no que se refere às Zonas

Especiais de Interesse Social - ZEIS, as diferentes modalidades de construção ou reforma que contribuem para aumentar a oferta de habitações de interesse social; identificação da produção de moradias realizada pela própria população;

- marcos regulatórios e legais: levantamento dos marcos regulatórios e legais existentes e daqueles que precisam ser modificados ou elaborados, na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna, especialmente para a população de baixa renda, como Plano Diretor Participativo, normas de zoneamento, uso e ocupação do solo, Conselho e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- condições institucionais e administrativas: capacidade de aplicação de recursos próprios para melhorias das condições habitacionais; identificação de recursos humanos tecnicamente qualificados e equipamentos para realização de serviços habitacionais de infra-estrutura urbana;
- programas e ações: identificação de programas habitacionais financiados ou executados diretamente pelas administrações municipais, pelos demais entes federativos ou por agências bilaterais; os benefícios já realizados e a previsão de atendimentos; e
- recursos para financiamento: identificação das fontes de recursos existentes e potenciais para financiamento do setor habitacional; os agentes envolvidos e as responsabilidades de cada um.

Produto Final: Diagnóstico do Setor Habitacional com todos os Conteúdos Descritos anteriormente

ETAPA III OU PRUDUTO 3

A Etapa III tem como objetivo a elaboração do Plano Habitacional. Nesta etapa será realizado o cruzamento dos dados obtidos no Diagnóstico Habitacional Atualizado e no “Diagnóstico *in loco*”. O Produto Final será composto de relatório que contenha as Estratégias de Ação dos conteúdos apontados anteriormente e, também, a memória e materiais comprobatórios da participação popular, com lista de presença do evento e/ou fotos, possibilitado pela formalização do “Diagnóstico *in loco*”. O documento apontará as diretrizes e objetivos do Plano Municipal de Habitação, bem como seus Programas e Ações de curto, médio e longo prazo. Será especificado para cada Programa, enquanto estratégia de implementação, suas metas, recursos e fontes de financiamento. Para cada Programa em desenvolvimento haverá o monitoramento e avaliação de seu desempenho. O Plano Municipal determinará as normas para a sua correção, revisão e também as competências dos órgãos envolvidos no processo.

É importante salientar que a Prefeitura deve estar desenvolvendo os Projetos de Lei que programarão os “instrumentos urbanísticos” previstos no Estatuto da Cidade. Dessa forma, a equipe envolvida no processo de elaboração e implantação do PMHIS terá singular participação para determinação dos parâmetros de aplicação dos mesmos.

Para cada problema identificado durante a Etapa II - “Diagnóstico do Setor Habitacional”, deverão ser apresentados os seguintes itens, os quais devem ser discutidos e pactuados com a sociedade:

Diretrizes e objetivos:

- a) As diretrizes são as orientações gerais e específicas que devem nortear a elaboração do PMHIS, levando-se em consideração a Política Nacional de Habitação, a política habitacional municipal, o Plano Diretor Participativo, os eixos de desenvolvimento que impactuam com a questão habitacional e urbana e os princípios democráticos de participação social;
- b) deverão ser considerados, ainda, os planos de saneamento e mobilidade urbana, caso existam, e os eixos de desenvolvimento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e
- c) os objetivos devem expressar os resultados que se pretende alcançar, ou seja, a situação que deve ser modificada. Deve ser expresso de modo conciso, evitando a generalidade, dando a idéia do que se pretende de forma clara.

Programas e ações:

- a) Programas resultam da identificação das necessidades mapeadas durante a Etapa II – “Diagnóstico do Setor Habitacional”, e das diretrizes e objetivos definidos anteriormente;
- b) articulam um conjunto de ações, orçamentárias e não-orçamentárias, integradas, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, solucioná-lo ou enfrentar suas causas;
- c) a ação é uma operação da qual resulta um produto (bens ou serviços) ofertado à sociedade ou que contribui para atender ao objetivo de um programa;
- d) os programas e ações que comporão o PMHIS devem estar em consonância com os instrumentos do ciclo de gestão orçamentário-financeiro (PPA/LDO/LOA) dos governos locais.

Metas, recursos e fontes de financiamento:

- a) Meta é a quantidade de produto a ser ofertado por um programa ou ação num determinado período de tempo, constituindo-se no resultado intermediário que contribui para o alcance dos objetivos;
- b) a partir do levantamento sobre os recursos e fontes de financiamento feito durante a Etapa II - “Diagnóstico do Setor Habitacional”, deverão ser mapeados os recursos necessários à consecução de cada programa e ação;
- c) para estimar recursos e fontes por programa ou ação, deverão ser verificados valores médios de investimento alocados em programas habitacionais nos anos anteriores e a porcentagem deste investimento em relação ao total do orçamento local;
- d) para obter recursos suficientes para executar o PMHIS, é necessário verificar a capacidade de pagamento e endividamento municipal, possibilidade de ampliação da captação de recursos financeiros e definição da forma de gestão desses recursos;
- e) devem ser considerados na composição de investimentos, além das obras,

elaboração de projetos, aquisição de terreno, contratação de consultoria, trabalho social, revisão de legislação e outros itens;

- f) as metas, recursos e fontes devem ser expressas em quadro resumo, por programa e ação, num determinado período, a ser definido em conformidade com a capacidade de investimento municipal.

Indicadores:

- a) são instrumentos capazes de medir o desempenho dos programas. Devem ser passíveis de aferição e coerentes com o objetivo estabelecido, serem sensíveis à contribuição das principais ações e apuráveis em tempo oportuno. Permitem, conforme o caso, mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa.

Programas e ações prioritários:

- a) deverão ser classificados, em ordem de importância, os programas e ações a serem abordados no PMHIS, em discussão com a sociedade civil, tais como: produção habitacional e de loteamentos adequados, urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e informais, destinação de áreas urbanas à habitação de interesse social e outros;
- b) a identificação das ações prioritárias deverá ser feita considerando o porte e a complexidade das questões urbanas locais, focando em ações de caráter estruturante, para a solução das questões de maior gravidade social;
- c) deve considerar também a mitigação de impactos negativos causados por investimentos em infra-estrutura de grande e médio porte que tenham consequências sobre o setor habitacional (hidrelétricas, plantas industriais); e
- d) deverá ser considerado, ainda, o tempo previsto para implementação das ações previstas no PMHIS (10, 20 anos ou mais), em conformidade com a capacidade de investimento no setor.

Monitoramento, Avaliação e Revisão:

- a) O monitoramento é uma atividade gerencial contínua que se realiza durante o período de execução e operação dos programas e ações. O PMHIS deverá prever a forma de monitoramento das fases dos programas e ações, identificando para cada uma o resultado obtido, o prazo, o responsável, a situação e as providências cabíveis;
- b) a avaliação deve ser sistemática e de preferência anual, e conter abordagem quanto à concepção, implementação e resultados dos programas e ações do PMHIS, apontando para a necessidade de revisão, se for o caso.

Produto Final: Estratégias de ação contendo todos os conteúdos previstos acima e Relatório contendo memória comprobatória da participação popular, com lista de presença do evento e/ou fotos.

5. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES

O item em pauta implica na definição do Plano de Mobilização, envolvendo a forma e a concepção dos aspectos citados. Nesse sentido, é apresentado a seguir o Plano de Mobilização, abordando todos os elementos constantes desse item.

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

I. Metodologia

A metodologia da participação comunitária prevista no Plano de Habitação de Interesse Social para o município de Lauro de Freitas está estruturada a partir da identificação dos problemas gerados pelo déficit habitacional existente principalmente nas cidades de grande e médio porte e, especialmente, nas áreas de periferia urbana, onde residem as camadas da população de menor poder aquisitivo. Em geral, estas áreas são ocupadas por habitações de baixo padrão construtivo, não existindo plano de ordenamento de uso e ocupação do solo, bem como, sistema de saneamento que ofereça condição digna de moradia.

O desenvolvimento do trabalho de consulta dar-se-á por meio de definição das estratégias de sensibilização e mobilização para estimular a participação da população na busca de soluções para o enfrentamento de seus problemas, identificando-os através das representações e imagens dos atores sociais e de suas vivências e experiências em sua cidade. Isso pressupõe um esforço da equipe técnica para mobilizar o apoio e o envolvimento da comunidade local aos projetos a serem desenvolvidos.

Essa concepção se apoiou originalmente na noção de “desenvolvimento de comunidade”, na qual os diferentes representantes da população, juntamente com o governo, podem conjugar seus esforços no sentido de melhorar as condições de vida existentes na área em apreço (atividades produtivas, criação de centros comunitários, escolas, clínicas, serviços de higiene e outros benefícios). O principal aspecto a ser destacado é atribuir à comunidade a capacitação para buscar essas mudanças – questão que dá origem à atual abordagem de desenvolvimento sustentável.

O requisito básico para tais procedimentos serem bem sucedidos é a abordagem de forma rápida e, principalmente, participativa, para subsidiar o processo de planejamento, de modo que as técnicas utilizadas expressem as percepções dos moradores acerca da relação entre o homem e o espaço urbano, além de serem necessárias para definição de propostas de intervenção e de busca de soluções para os problemas da comunidade.

Os aspectos essenciais da metodologia aqui adotada e que se ajustam aos pressupostos do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social para Lauro de Freitas são os seguintes:

II. Pressupostos:

Estruturação da base de análise em torno das relações estabelecidas pelos grupos sociais existentes na comunidade – centrados nos seus mecanismos de associativismo – agrupados por características de semelhança de condições de vida e semelhança de interesses.

Essa metodologia coloca no centro do processo, as entidades, associações, e lideranças que compõem a sociedade civil, buscando identificar o conhecimento e a vivência da própria comunidade a respeito dos seus problemas habitacionais e urbanos, pretendendo com isso identificar:

1. Os principais atores ou agentes sociais que deverão ser localizados a partir da existência das entidades e lideranças já indicadas. Busca-se estimular a sua participação e captar as suas percepções sobre os problemas de moradia, e os seus espaços de experiências e vivências na vida cotidiana. Dar-se-á especial atenção aos hábitos e práticas dos moradores quanto ao acesso à moradia e aos bens, serviços, e equipamentos urbanos.
2. A vivência da casa, do bairro, dos ambientes subseqüentes da cidade, percebidos através dos problemas vividos.
3. As soluções propostas pelos participantes em relação aos problemas identificados. A articulação destas soluções com a análise técnica sobre os problemas semelhantes.

Entende-se que na comunidade popular, existem associações diversas, clubes culturais, centros de vivência de crianças, jovens, mulheres, associações religiosas e culturais e ONGS que podem beneficiar-se com o manuseio de seus próprios conhecimentos para lidar satisfatoriamente com os problemas de qualidade de vida existentes no bairro e na cidade. Esse tipo de metodologia pode permitir a visualização de perspectivas, interesses e demandas específicas de sub-grupos sociais, em relação aos problemas habitacionais e urbanos.

Para maior fundamentação e busca de representatividade, o desenvolvimento dessa proposta estará baseado nos seguintes procedimentos:

III. Procedimentos:

- Levantamento das organizações populares, entidades, igrejas, grupos de moradores e lideranças, a partir de critérios formais e informais, e atendendo à representatividade por local de moradia.
- Levantamento dos grupos de interesse, o setor público (vereadores, secretários, outros representantes do poder municipal) e organizações que interagem com os problemas habitacionais no município.

IV. Atividades

1. Agendamento de visitas iniciais da equipe para o conhecimento preliminar das associações, organizações e lideranças existentes no município.

Divulgação dos objetivos do Plano de Habitação de Interesse Social em linguagem acessível.

2. Mapeamento da rede social /associativismo e de sua distribuição por bairros.

Identificação das associações e lideranças existentes na cidade, e planejamento de atividades de sensibilização e persuasão, para se garantir a participação de outros moradores.

3. Isso deverá ser alcançado com a utilização de diferentes recursos de comunicação, desde a divulgação em alto-falantes, rádio comunitárias, até a divulgação através de reuniões e atividades já programadas, nas escolas, igrejas e diferentes entidades contatadas.

4. Agendamento das reuniões locais organizadas por bairros visando a sensibilização dos atores para o processo participativo de elaboração do PMHS

5. O Plano de Sensibilização e Mobilização:

Essas atividades permitem estabelecer um programa de trabalho com o objetivo de conhecer a cidade e seus problemas habitacionais.

Conteúdos das reuniões:

- a) Focalização dos temas e problemas habitacionais e urbanos.
- b) Identificação de questões relativas à moradia, acesso a infraestrutura, serviços públicos, aspectos relativos à qualidade de vida, localizados pelos moradores.

A idéia principal é levantar as demandas dos moradores sobre o seu bairro e cidade, identificando “imagens” e “representações” seguidas dos problemas a eles vinculados, organizando a melhor forma de fazê-lo.

V. Grupos de Mobilização

- Conforme já foi comentada, a metodologia aqui apresentada baseia-se no associativismo e na interação com as lideranças e grupos comunitários e de moradores; associações de pequenos produtores; sindicato rural; associação comercial; posto do Sebrae; Conselhos de Saúde, Habitação e de Moradores, e outros, além das ONGS.
- A estes, serão acrescentados outros grupos, não formalizados, como os religiosos, culturais e ambientalistas, de mulheres, de jovens e outros, para se chegar a uma seleção que corresponda a uma amostra representativa da sociedade civil.
- Essas informações darão a base para o planejamento e execução das atividades indicadas.

VI. Técnicas

Como já foi indicado, serão realizadas visitas, entrevistas preliminares, desdobramentos da comunicação já falada, e realização das reuniões seguindo-se o Plano de Mobilização estabelecido.

- A principal diretriz é o diagnóstico participativo, combinando-se algumas técnicas de estímulo ao debate, como a “chuva de idéias”, e outras técnicas adequadas ao objetivo que se pretende alcançar. As técnicas deverão ser flexíveis e ajustadas às características de cada grupo e comunidade, mas deverão permitir a integração dos participantes, a localização das vivências e experiências com os diferentes espaços da cidade, a identificação dos problemas e as soluções possíveis.

ETAPAS SEGUINTE:

Integração da experiência coletiva e do registro das informações, através da apresentação dos resultados em uma reunião ampla com a comunidade e os seus representantes políticos.

Sistematização dos problemas, demandas e soluções resultantes das atividades e reuniões realizadas, identificando as suas prioridades, os pontos fortes e pontos fracos, a partir das demandas dos próprios participantes.

Reuniões Locais

Nesta fase deverão ocorrer debates/discussões, garantindo o desenvolvimento da participação da população no processo de definição do Relatório de cada Etapa do PMHIS.

Para tanto, o Grupo de Referência Local, com apoio da Prefeitura e da Consultoria, deverá promover um processo de mobilização e sensibilização dos diversos segmentos sociais para a participação nas reuniões temáticas, conforme necessidades apontadas pela comunidade.

Estas reuniões deverão garantir a realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros.

Antecedendo às Audiências Públicas (em nº de duas – uma para a Etapa I e outra para a Etapa III), serão realizadas reuniões com a Comissão de Acompanhamento, explicitando todo conteúdo dos Relatórios de cada Etapa do PMHIS, a serem avaliados em Audiência Pública.

Audiências Públicas

As audiências públicas a serem realizadas ao longo de todo o processo têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo de cada Etapa do Plano de Habitação de Interesse Social do Município, devendo seguir as orientações expressas na Resolução nº 25, de 18 de Março de 2005 do Conselho Nacional das Cidades, sejam elas:

- ✓ Ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou, na sua falta, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
- ✓ Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- ✓ Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal (Prefeito ou alguém de sua equipe, indicado pelo mesmo) e Coordenada pelo Coordenador do PMHIS que após a exposição de todo o conteúdo do Relatório, abrirá as discussões aos presentes;
- ✓ Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- ✓ Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa;
- ✓ A audiência pública poderá ser convocada pela própria sociedade civil quando solicitada por no mínimo 1% (um por cento) dos eleitores do município.

Também de acordo com a orientação estabelecida na Resolução nº. 25, de 18 de Março de 2005 do Conselho Nacional das Cidades, em relação à publicidade dos documentos e informações produzidos no processo participativo de elaboração do plano diretor (extensivo ao Plano e Política Habitacional), deverá conter os seguintes requisitos:

- ✓ Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponível (emissora de rádios do município ou regional; jornal local ou regional com circulação no município); circulação de carro de som convocando a comunidade para a participação nas Audiências; faixas colocados nos pontos de maiores fluxos de circulação de pessoas na cidade e povoados; convocação das lideranças políticas através da Associação dos Municípios da Região – AMUBS.
- ✓ Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o PMHIS com antecedência;
- ✓ Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

Em consonância com essa orientação a Prefeitura Municipal deverá disponibilizar, para livre acesso e consulta pública, cópias dos documentos produzidos durante o processo de elaboração do PMHIS.

Serão realizadas (duas) Audiências Públicas, com os conteúdos descritos a seguir:

- Apresentação e discussão do Relatório da Etapa I – Proposta Metodológica
- Apresentação e discussão do Relatório da Etapa III – Estratégia de Ação

A Etapa I – Proposta Metodológica, será avaliada pelo Grupo de Referência Local (Conselho de Desenvolvimento Urbano ou da Cidade, Grupo Gestor - se existir, etc.), pelas representações das instituições públicas locais e pela sociedade civil, em Audiência Pública. Qualquer observação feita sobre o conteúdo do Relatório será devidamente avaliada e se procedente, incorporada ao mesmo.

PRODUTOS:

Os produtos previstos (Relatório Técnico de cada Etapa do Plano) resultarão do trabalho técnico dos consultores, das atividades realizadas pelo Plano de Mobilização, Sensibilização e Participação da População, o qual, conforme já esclarecido anteriormente, será aplicado de forma articulada e integrada na formulação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim, cada Etapa/Produto/Relatório do PMHS, obedecerá ao seguinte processo de atividades de avaliação e produtos resultantes:

ETAPAS	ATIVIDADES PREVISTAS	PRODUTOS
Etapa I	Relatório da Proposta Metodológica. Avaliação - Grupo de Referência Local e Equipe de Acompanhamento da Prefeitura – lideranças e membros da comunidade, em Audiência Pública. Prazo Previsto – 30 dias após assinatura do contrato – Prefeitura/ Consultores	Relatório conclusivo da Proposta Metodológica, devidamente avaliado pelo Grupo de Referência Local, sociedade civil, e representantes das instituições públicas locais, constituindo o instrumento básico do processo de formulação dos demais Relatórios e da mobilização e sensibilização comunitária.
Etapa II	Avaliação - Grupo de Referência Local E Equipe de Acompanhamento da Prefeitura. Prazo Previsto: 105 dias após assinatura do contrato – Prefeitura/Consultores	Relatório conclusivo do Diagnóstico do Setor Habitacional, após avaliação e incorporação das sugestões da comunidade, tornando-o consensual – técnico/comunitário.
Etapa III	Avaliação - Grupo de Referência Local e Equipe de Acompanhamento da Prefeitura – Audiência Pública Comunitária Prazo Previsto: 150 dias após assinatura do contrato – Prefeitura/Consultores.	Relatório conclusivo da Estratégia de Ação, contemplando a visão técnica/comunitária, no que tange às Ações para enfrentar a questão habitacional, notadamente a relativa ao segmento populacional de maior vulnerabilidade socioeconômica.

6. FORMAS DE DAR PUBLICIDADE AO INÍCIO E TÉRMINO DOS TRABALHOS COM A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

O Plano será lançado oficialmente logo após a assinatura do contrato com os consultores responsáveis pela elaboração do PMHIS.

A equipe de consultores será apresentada às lideranças comunitárias e políticas no evento de lançamento do PMHIS com o início do relatório da proposta metodológica.

No final do Plano, quando da apresentação do 3º Relatório em Audiência Pública, será realizado um amplo trabalho de mobilização, conforme configurado no Plano de Mobilização aqui apresentado no item 6.

7. CRONOGRAMA DE EVENTOS DE DISCUSSÃO COM A SOCIEDADE, COM MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

Esse tema está devidamente detalhado no item 6 - Estratégia de comunicação, mobilização e participação da população. De qualquer forma, compreende:

- a. Lançamento do PMHIS, logo após a assinatura do contrato entre a Prefeitura e os Consultores;
- b. Reuniões da equipe de consultores com a equipe de Acompanhamento da Prefeitura, visando levantamento de dados na prefeitura e outros disponíveis nas diversas instituições atuantes no município – imediatamente após a assinatura do contrato entre Prefeitura e Consultores;
- c. Criação da Comissão de Acompanhamento/Grupo de Referência Local - imediatamente após a assinatura do contrato entre Prefeitura e Consultores;
- d. Avaliação do Relatório da Etapa I – Proposta Metodológica, entre consultores e equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento, logo após a conclusão do mesmo, ou 30 dias após a assinatura do contrato entre Prefeitura e Consultores;
- e. Avaliação do Relatório da Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional pela mesma equipe e Comissão de Acompanhamento, e num segundo momento, em Audiência Pública – 105 dias após assinatura do contrato entre Prefeitura e Consultores;
- f. Avaliação do Relatório da Etapa III – Estratégia de Ação pela mesma equipe e Comissão de Acompanhamento e num segundo momento em Audiência Pública – 150 dias após assinatura do contrato entre Prefeitura e Consultores.

8. PRAZOS E CUSTOS ESTIMADOS PARA AS TRÊS ETAPAS E PRODUTOS DO PMHIS

Conforme o Cronograma de execução apresentado a seguir, o prazo estimado para a conclusão do PMHIS é de 05 meses ou 150 dias corridos, a partir da assinatura do contrato, entre Prefeitura e os Consultores, e a autorização para o início dos serviços, conforme as seguintes Etapas:

Etapas I – Proposta Metodológica – 30 dias (01mês) após assinatura do contrato.

Etapas II – Diagnóstico do Setor Habitacional – 75 dias (2 meses e meio) corridos, ou 105 dias após a assinatura do contrato.

Etapas III – Estratégia de Ação (Relatório Final) – 45 dias (um mês e meio) corridos, ou 150 dias após assinatura do contrato.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO				
ETAPAS/PRODUTOS	VALORES (R\$)			PRAZO (Meses)
	MCIDADES	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO	
Etapas I – Proposta Metodológica - detalhamento das etapas II e III - reunião da equipe técnica de trabalho, visando definição do deslanche do Plano - Cronograma de Eventos Participativo, envolvendo a comunidade	(20%)	(20%)	(20%)	
Etapas II – Diagnóstico do Setor Habitacional - Relatório Completo, conforme explicitado no item D e contendo todos os elementos citados e aprovação em Audiência Pública.	(50%)	(50%)	(50%)	02,5
Etapas III – Estratégias de Ação Relatório Final do PLHIS contendo o resultado das análises técnicas, diretrizes, recomendações, projetos e ações prioritárias acompanhado da memória do envolvimento da comunidade com o registro das opiniões, idéias, sugestões acompanhado de material comprobatório da participação popular, com lista de presença do evento e fotos.	(30%)	(30%)	(30%)	01,5

9. FORMA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES

Os programas e ações derivadas do Plano Diretor, na linha do desenvolvimento urbano, serão considerados na análise da Estratégia de Ação do PMHIS, entendendo que Política Urbana e Política Habitacional devem estar integradas.

A Política Estadual de Habitação e a Política Nacional de Habitação serão referenciais do PMHIS, assim como outros programas e ações analisados, no contexto estadual e municipal, que serão devidamente considerados nos aspectos de convergência com os programas e as ações do PMHIS.

Elementos Complementares (em atendimento à análise técnica da Caixa)

a) *Comprovação dos procedimentos licitatórios e de contratação de consultoria (documentação enviada separadamente do Relatório em pauta)*

b) *Apresentação do Relatório de Pactuação entre Equipe Técnica municipal e a Equipe de Consultoria.*

A pactuação entre a equipe técnica municipal e a equipe de consultoria aconteceu no processo de exposição do relatório da proposta metodológica.

Durante a exposição foi debatido item por item, as atividades que compõem a formulação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Todos os aspectos questionados pelos membros da Equipe Técnica da Prefeitura foram devidamente esclarecidos e aqueles aspectos em que ocorreram dúvidas foram debatidos entre os dois grupos até atingir-se o equilíbrio consensual.

De um modo geral, a proposta foi bem aceita, sendo poucos os aspectos em que ocorreram dúvidas (devidamente esclarecidas), de forma que pouca coisa foi modificada no relatório original. O aspecto em que efetivamente sofreu algumas alterações diz respeito aos grupos de mobilização, o que foi acatado pela equipe de consultoria, atingindo-se a um conteúdo do relatório, satisfatório para todos.

A pactuação está registrada na lista de presença quando a equipe técnica da Prefeitura sinalizou positivamente quanto à capacitação técnica e o conteúdo do Relatório Técnico apresentado. Dessa forma, a lista de assinatura dos membros da Equipe Técnica da Prefeitura, em anexo, é um comprovante do pacto firmado quanto a aprovação do Relatório da Proposta Metodológica, da mesma forma quanto às atividades assumidas pela Equipe da Prefeitura e as correspondentes à Equipe de Consultoria.

c) *Apresentação do Relatório de Pactuação da Proposta Metodológica com a Sociedade Local*

A proposta metodológica pactuada entre a equipe técnica de consultores e a sociedade local foi exposta (conforme slides em anexo) e debatida com os participantes (lideranças locais e membros da equipe da prefeitura). As alterações sugeridas pelos participantes foram executadas no ato da

exposição e foram mais relacionadas aos principais grupos que deverão ser mobilizados.

De modo geral, os participantes consideraram a proposta muito detalhada, o que foi observado tratar-se de um modelo proposto pelo Ministério das Cidades, no documento orientações operacionais para elaboração do Termo de Referência, no âmbito da Ação Apoio à Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Entretanto, não houve manifestação no sentido de que poderia ser resumido, então não houve alterações quanto a este aspecto.

Assim, a Proposta Metodológica pactuada consiste no presente Relatório e exposto, de forma mais resumida (sem modificações de seu conteúdo), nos slides anexos.

Os participantes aprovaram a Proposta Metodológica apresentada e se dispuseram a cooperar com as atividades de elaboração do PMHIS, em termos de acompanhamento e participação nas Audiências Públicas.

Embora a participação tenha sido numericamente pouco representativa ela teve um caráter qualitativo, considerando que lideranças expressivas da comunidade local estiveram presentes, tipo Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, Membros de Conselhos, líderes de Associação de Bairro e Comunitária, e outros.

Em anexo, tem-se a lista de presença dos participantes com as devidas assinaturas e fotos das reuniões realizadas entre a Equipe de Consultoria e a equipe de Acompanhamento da Prefeitura e representações da sociedade civil local.

d) Apresentação do Relatório das Atividades de Capacitação da Equipe Técnica Municipal.

A Capacitação Técnica, da Equipe de Acompanhamento da Prefeitura, foi direcionada no sentido de que os participantes assimilassem bem a metodologia do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que foi exposta pela equipe de Consultores e debatida com os mesmos. Na oportunidade, foram também pactuadas, as atividades no contexto do processo de elaboração do PMHIS, que os membros da equipe de Acompanhamento da Prefeitura deverão participar e apoiar.

A idéia básica é que a referida equipe tenha total domínio de todos os aspectos do PMHIS, de forma que ela possa, transformar-se em fator de impulso do PMHIS, no período de sua implantação e, dessa forma, não haja nenhuma dificuldade na implantação do mesmo.

Os participantes da Equipe de Acompanhamento da Prefeitura tiveram uma atuação pró-ativa, questionando todos os detalhes da Proposta Metodológica exposta para eles em data show (slides em anexo) inclusive, alterando os grupos a serem mobilizados, com o que ficou acordado, e as alterações feitas no ato da explanação.

Observou-se durante o processo de capacitação, uma certa dúvida tanto dos representantes da comunidade (suas lideranças) quanto da Equipe de Acompanhamento da Prefeitura, acerca das expectativas criadas com mais

um Plano, que pode ficar só “no papel”, expressão deles, por conta da decepção com o “Plano Diretor de Lauro de Freitas”, que até o momento, não foi aprovado e, conseqüentemente, implementado.

É de se admitir que tais acontecimentos são rotineiros nessas tentativas de intervir para uma mudança da realidade local, a partir de propostas vindas de cima para baixo. Todavia, é preciso ficar claro que se os Planos não dão certo, a comunidade em sendo mobilizada, é tão responsável, por não cumprir o seu papel de poder de pressão perante a gestão municipal, quanto à natureza da proposta que parte de uma esfera de poder superior e distanciada da realidade municipal.

A raiz dessa questão é que os Conselhos nem sempre são bem formados; a maioria dos representantes ou são indicados pelo gestor municipal, ou seus simpatizantes. Enquanto isso ocorre, as lideranças autênticas da comunidade terminam, mais cedo ou mais tarde, sendo cooptadas, embora isto não seja constante e o caso de Lauro de Freitas.

A partir do momento que o PMHIS é feito, compete à equipe técnica de Acompanhamento Municipal, as lideranças comunitárias e os Conselhos estabelecidos no município exigirem e acompanhar a implantação do PMHIS.

A equipe de consultores deve, durante a formulação do Plano, conscientizá-los da importância do PMHIS para o Município, devendo então ser este, amplamente divulgado, tornando-o um instrumento de transformação da realidade local e de conhecimento público.

- e) O horizonte do PMHIS é de 10 anos, 2009/2018, considerando que a conclusão prevista para sua elaboração é para o final de 2008.**

ANEXOS

- 1. CURRÍCULOS DA EQUIPE TÉCNICA**
- 2. MATERIAL DE LEITURA APRESENTADO**
- 3. MAPA DO MUNICÍPIO DIVIDIDO EM ÁREAS
PARA O DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO**
- 4. ATAS DE REUNIÕES**
- 5. BOOK FOTOGRÁFICO**
- 6. LISTAS DE PRESENÇAS DAS REUNIÕES**